



FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

RAYLAN JUNIOR BANDEIRA FREIRE
RAYANE GÓES DE SOUSA GOIS

**O OLHAR DA PSICOLOGIA PARA A SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS
MILITARES**

PARAUAPEBAS

2024

RAYLAN JUNIOR BANDEIRA FREIRE
RAYANE GOES DE SOUSA GOIS

**O OLHAR DA PSICOLOGIA PARA A SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS
MILITARES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Psicologia para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Roberto Rodrigues Cruz

PARAUAPEBAS
2024

FREIRE, Raylan Junior Bandeira; GOIS, Rayane Góes de Sousa

O olhar da Psicologia para a saúde mental de policiais militares; Prof. Dr
Claúdio Roberto Rodrigues Cruz, 2024.

53 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade para o Desenvolvimento
Sustentável da Amazônia - FADESA, Parauapebas – PA, 2024.

Palavras-Chave: Olhar Psicológico; Saúde Mental; Polícia Militar

Nota: A versão original deste trabalho de conclusão de curso encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA em Parauapebas – PA.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho de conclusão, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

Comitê de Ética

Protocolo nº:

Data:

RAYLAN JUNIOR BANDEIRA FREIRE

RAYANE GOES DE SOUSA GOIS

**O OLHAR DA PSICOLOGIA PARA A SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS
MILITARES**

Monografia apresentada a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Psicologia para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Rodrigues Cruz

Aprovado em: 14/06/2024

Banca Examinadora

Bruno I

Prof. Me. Bruno Marques Ibanes
Faculdade para o desenvolvimento sustentável da Amazônia-FADESA

Mauricelia M

Prof. (a) Mauricelia da Silva Morais
Faculdade para o desenvolvimento sustentável da Amazônia-FADESA

Claudio C

Prof. orientador Dr. Claudio Roberto Rodrigues Cruz
Faculdade para o desenvolvimento sustentável da Amazônia-FADESA

Raylan F

Rayane G

Raylan Júnior Bandeira Freire Rayane Goes de Sousa Gois

Daniela S. Américo
Coordenadora do Curso de Psicologia
FADESA

Coordenação

Data de depósito do trabalho de conclusão ____/____/____

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a todos os policiais militares e agentes de segurança pública, assim também como todos aqueles profissionais que tem desempenhado diariamente um trabalho árduo em linha de frente com a violência, criminalidade, e outros aspectos, arriscando suas próprias vidas e a de seus familiares, para manter a ordem e a segurança da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos conduziu com devidas lições de vida, nos proporcionando sabedoria, paciência e perseverança durante o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

Aos nossos amigos, colegas e familiares pelo companherismo e compreensão, e todo aporte que nos deram em nossos lares durante nossa trajetória. Em especial a nossa colega de turma Mariana Farias Amorim, que esteve conosco desde o início dessa caminhada, onde foram compartilhados momentos de grandes aprendizados, além de nos ter dado apoio emocional na produção desse trabalho fornecendo conhecimentos e todo apoio que estava ao seu alcance.

A Professora Me. Daniela Américo, coordenadora do curso de psicologia, que também esteve conosco na função de professora em semestres anteriores, e que mesmo após a finalização desses semestres continuou nos proporcionando conhecimento e nos preparando para este momento.

Ao nosso professor orientador Dr. Cláudio Roberto Rodrigues Cruz, por ter nos escolhido para estar nos orientando, pela orientação sobre nosso tema nos dando a oportunidade de olharmos sobre outra perspectiva fazendo novos ajustes na temática dessa pesquisa. O papel desenvolvido por ele como nosso orientador, durante cada etapa desse trabalho, foram fundamentais para ampliar nosso entendimento e conhecimento, desde a metodologia até outros aspectos que envolve a temática desse trabalho. Além de sua dedicação em adequar horários para que fossemos atendidos, foram de grande relevância e satisfação para nós.

E por fim não menos importante, agradecemos pelo o companherismo e parceria que tivemos um do outro eu Rayane Goes de Sousa Gois, e Raylan Junior Bandeira Freire, onde desenvolvemos uma parceria incrível que nos fizeram chegar até aqui.

" Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque tu estás comigo." - Salmos 23:4

RESUMO

Os policiais militares lidam com uma série de desafios que podem impactar significativamente sua saúde mental. A forte disciplina e hierarquia da Polícia Militar, juntamente com a precarização do trabalho e a luta contra a violência na sociedade contemporânea, contribuem para o aumento dos casos de síndrome de burnout, depressão, alcoolismo e até mesmo suicídio entre esses profissionais. Essa realidade destaca a importância de abordagens eficazes para promover a saúde mental e o bem-estar dos policiais militares. Neste sentido o presente trabalho trouxe como tema o olhar da psicologia para a saúde mental do policial militar com o objetivo de investigar na literatura sobre quais os olhares de psicólogos quanto a questão de saúde mental de policiais militares. Verificando conteúdos que expressam experiência de psicólogos neste contexto, traçando um paralelo sobre diferentes abordagens psicológicas. O estudo revela que a saúde mental dos policiais militares é significativamente impactada pelo alto nível de estresse inerente à profissão, exacerbado pela gestão do ambiente de trabalho. Observou-se que esse estresse resulta em diversas consequências negativas, como diminuição da eficiência e problemas de saúde física e psicológica. Apesar da importância do tema, há uma notável escassez de pesquisas focadas na promoção da saúde mental e bem-estar desses profissionais, indicando a necessidade de maior investimento e atenção. A implementação de medidas eficazes, como programas de apoio psicológico e treinamentos em gerenciamento de estresse, é crucial para melhorar a qualidade de vida e o desempenho dos policiais militares. Preencher essa lacuna de pesquisa permitirá desenvolver abordagens mais eficazes para proteger sua saúde mental e promover um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

Palavras-chave: Olhar Psicológico; Saúde Mental; Polícia Militar

ABSTRACT

Military police officers face a series of challenges that can significantly impact their mental health. The strong discipline and hierarchy of the Military Police, combined with job insecurity and the fight against violence in contemporary society, contribute to the increase in cases of burnout syndrome, depression, alcoholism, and even suicide among these professionals. This reality highlights the importance of effective approaches to promote the mental health and well-being of military police officers. In this context, the present work focused on the psychological perspective on the mental health of military police officers, aiming to investigate the literature on psychologists' views regarding the mental health issues faced by these professionals. The study examines content expressing psychologists' experiences in this context, drawing parallels between different psychological approaches. The research reveals that the mental health of military police officers is significantly impacted by the high level of stress inherent in the profession, exacerbated by the management of the work environment. This stress results in various negative consequences, such as decreased efficiency and physical and psychological health problems. Despite the importance of the subject, there is a notable lack of research focused on promoting the mental health and well-being of these professionals, indicating the need for greater investment and attention. Implementing effective measures, such as psychological support programs and stress management training, is crucial to improving the quality of life and performance of military police officers. Filling this research gap will allow the development of more effective approaches to protect their mental health and promote a healthier and more productive work environment.

Keywords: Psychological View; Mental health; Military police

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CID-11	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
COVID-19	Corona Vírus Disease 2019
DCTNs	Doenças Crônicas não Transmissíveis
MTSM	Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
SUDS	Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TM	Transtornos Mentais
TCC	Terapia Cognitiva Comportamental
TETP	Transtorno de Estresse Pós-Traumático

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Saúde Mental: Trajetória Conceitual.....	14
2.2 Saúde Mental no Brasil.....	19
2.3 Saúde Mental nas Organizações Institucionais	24
3. METODOLOGIA	27
3.1 Tipo de Estudo.....	27
3.2 Aspectos Éticos.....	27
3.3 Critérios de Inclusão e Exclusão.....	27
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO	29
4.1 Polícia Militar: Origem e Contexto Histórico	29
4.2 O Ambiente Militar como Espaço Stressor	31
4.3 O Suicídio na Polícia Militar	36
4.4 O Trabalho do Psicólogo no Ambiente Militar	39
4.5 Proposições de Investimento em Saúde Mental para a Polícia Militar	44
5. CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

O art. 144 da Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece os órgãos responsáveis pela segurança pública no país. Entre esse órgãos, estar a Polícia Militar, que é vista como um instrumento de proteção, contribuindo para preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e do patrimônio, exercendo funções de polícia ostensiva agindo dentro dos limites da lei para impor limitação à liberdade individual na medida necessária para proteger a sociedade e manter a ordem pública. Suas atribuições incluem a prevenção e repressão de crimes, o patrulhamento das vias públicas, o controle de manifestações e eventos entre outras.

Algumas das atribuições e atividades desenvolvidas pelos policiais militares podem impactar sua saúde mental, portanto é fundamental que haja um olhar atento da Psicologia para a saúde mental dos policiais militares no Brasil, reconhecendo os desafios e as demandas específicas dessa profissão e buscando estratégias eficazes para promover o bem-estar e a qualidade de vida desses profissionais.

Neste sentido o tema “ O olhar da Psicologia para a Saúde Mental de Policiais Militares no Brasil” é de extrema relevância, pois aborda uma questão importante relacionada ao bem-estar desses profissionais, que enfrentam situações de grande estresse e risco em seu trabalho diário. A psicologia pode contribuir significativamente para entender e lidar com os condicionantes ao adoecimento psíquico enfrentados pelos policiais militares, considerando suas atribuições e atividades laborais.

Mas afinal qual o olhar da Psicologia quanto a questão de saúde mental de policiais militares? Para que possamos compreender essa problemática, é necessário nos aprofundarmos em conhecermos sobre os aspectos que envolve e desafia a promoção de Saúde Mental, tanto para os Policiais Militares quanto para a atuação do Psicólogo nessa área.

Portanto o objetivo geral desta pesquisa é investigar na literatura psicológicas, quais os olhares de psicólogos quanto a saúde mental de policiais militares, trazendo como objetivos específicos, a verificação de conteúdos que expressem experiências de psicólogos com a questão da saúde mental em policiais militares, traçando um paralelo sobre diferentes abordagens psicológicas quanto a questão de saúde mental; indentificar criticas e pro positivities interventivas relativas a saude mental desses profissionais. E por fim compor um cenário diagnóstico sobre a peculiaridades da saúde mental na instituição.

Sobre o referencial teórico desta pesquisa, ele foi produzido através de revisões e seleções de artigos bibliográficos, baseada em palavras chaves como: olhar psicológico; saúde mental e policial militar

Enquanto a metodologia dessa pesquisa foi produzida através da natureza de pesquisa, descritiva, trazendo como abordagem de pesquisa, à qualitativa, o qual por meio da utilização de referencial teórico de alguns autores, foram analisados dados já pesquisados e referenciados, sendo incluso revistas e obras que estavam dentro de um prazo de validade de 10 anos. As buscas foram realizadas através de sites de pesquisas acadêmicas, como, Scielo e Google Acadêmico.

Portanto espera-se que essa pesquisa possa ampliar seu conhecimento, estimulando a busca cada vez mais para um olhar mais humanizado, frente a vida desses profissionais, trazendo também conhecimento para a sociedade e ao poder público para que possamos obter uma atenção dobrada a saúde mental de policiais militares a fim de instigar a criação de políticas públicas para a melhoria de vida desses agentes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Saúde Mental: Trajetória Conceitual

Segundo Gaino *et al.* (2018) a concepção de saúde mental abrange uma variedade de perspectivas e práticas ao longo do tempo, onde sua definição é amplamente debatida e compreendida de várias maneiras. No entanto, é comum que o discurso psiquiátrico tradicional possa gerar uma visão dicotômica entre saúde mental e loucura. Muitas vezes associando transtornos mentais a uma ausência completa de saúde mental, bem estar ou qualidade de vida.

Buchli *et al.*(2020) afirma que na antiguidade, a loucura era associada a outras doenças ligadas à prática mitológica e à crença sobrenatural, as civilizações antigas como egípcios, gregos e romanos acreditavam que as doenças mentais eram causadas por desequilíbrios dos humores corporais, incluindo demônios e deuses.

Na Grécia Antiga, o qual refere-se ao período que compreende aproximadamente os séculos VII a.C. ao IV a.C., marcado pelo florescimento da civilização grega clássica. As discursões e interpretações sobre a loucura eram parte integrante da cultura e do pensamento filosófico, literário e médico da época. Durante esse período, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles discutiram questões relacionadas à mente, à natureza humana e à ética, incluindo visões sobre a loucura e sua relação com a sabedoria ou com o desequilíbrio mental. Durante esse período na a Grécia antiga o louco era considerado uma pessoa com poderes mágicos, e loucura era vista como uma manifestações de deuses era conhecida pela sociedade como artefato divino (Foucault, 1975)

Ao longo da Idade Média, que compreende aproximadamente os séculos V ao XV. Esse período foi caracterizado por uma visão predominante negativa em relação aos “loucos”, que eram frequentemente associados a perturbações morais e espirituais. A crença de que os “loucos representavam uma ameaça à moralidade e à ordem social levava a uma visão de exclusão e isolamento dessas pessoas do convívio comum (Buchli *et al.*, 2020).

Foucault (1975) afirma também que durante na idade média a loucura tinha como expressão forças da natureza, trazendo uma concepção de possessão e de espíritos perversos que deveriam ser combatidos no controle da igreja.

E ao mesmo tempo que, pelas mãos dos padres e seus assistente, e arrastado para fora da igreja gressu retrogrado, asseguram-lhe que ele ainda é um testemunha de Deus. “ E por mais que esteja separado da igreja e da companhia dos sãos , não estarás separados de Deus”. Os leprosos de Brueghel assistem de longe, mas para sempre, a essa subida do calvário no qual todo um povo acompanha o Cristo (Foucault,1978).

E testemunhas hieráticas do mal, obtem a salvação na e através dessa própria exclusão: uma estranha intervenção que se opõe á dois méritos e das orações, eles se salvam pela mão que não se estende. O pecador que abodona o leproso á sua porta está, com esse gesto, abrindo- lhe as portas da salvação (Foucault,1978).

Ainda durante a Idade média, a crença de que a loucura eram posseções demoníacas, muitos tratamentos incluíam exorcismos, práticas religiosas e práticas conhecida como trepanação, uma técnica utilizada para abrir furos do crânio de pessoas consideradas loucas, com a crença de que isso permitiria que espíritos malignos saíssem do corpo, às vezes resultando na morte do individuo.Essas práticas refletem as diferentes concepções sobre a loucura naquela época, que diferia significativamente dos enfoques atuais mais centrados na inclusão e no respeito aos direitos das pessoas com transtornos mentais (Buchli *et al.*, 2020)

Essa abordagem persistiu até o início da Idade Moderna, quando começaram a surgir mudanças nas percepções sobre a loucura, com o desenvolvimento de abordagens mais científicas. O século XVI, marca um período de transição neste sentido com o surgimento de instituições especializadas no tratamento da loucura e o inicio gradual entre as visões religiosa e as abordagens médicas.

A partir do século XIV com o surgimento do Renascimento, o qual foi um período de intensa atividade intelectual, cultural e artísticas que se estendeu do século XIV ao XVI. Surgiu o primeiro estabelecimento destinados aos loucos, esses estabelecimentos eram chamados de hospedaria que antes hospedavam viajantes de outra cidades, e posteriormente se transformou em hospitais. Mas ainda se tinha uma visão ótica da loucura relacionado a fato natural, sem intuições e perspectivas de um tratamento. Relacionando a manifestações artistica e cultural (Foucault,1975)

Com o fim da idade média e o Renascimento, o movimento Iluminista surgiu, propondo a necessidade de se distanciar dos dogmas religiosos e abraçar a ciência e a razão como formas de supera a “Idade das Trevas”. Isso teve impacto na concepção de clínica, que passou a buscar explicações mais racionais e científicas para entender

a enfermidades e a morte, deixando de lado as explicações místicas, religiosas e empíricas. Esse período marcou uma mudança significativamente no pensamento e na abordagem em relação à saúde e à doença (Costa, 2016).

Foucault (1978) discute em suas obras, como “História da Loucura na Idade Clássica, como a sociedade europeia do século XVII via e lidava com aqueles que não se ajustavam aos padrões de “normalidades” sociais. Nesse período, os loucos e aqueles que não se enquadravam nos padrões estabelecidos pela sociedade, como loucos, libertinos, criminosos entre outros eram muitas vezes rotulados de diversas maneiras. Ele argumenta que a loucura era muitas vezes tratada de forma punitiva e segregadora, sendo os chamados “loucos” encarcerados em hospitais e instituições específicas.

Segundo Foucault (1978), no século XVII foram criados na Inglaterra e na França estabelecimentos para lidar com pessoas que não se modelavam aos parâmetros de “normalidades”, Nesses locais, eram obrigadas a trabalhar como forma de pagar por sua estadia ou para contribuir com a sociedade. No entanto, elas não eram vistas necessariamente como doentes mentais no sentido moderno do termo. A termo doença mental começou a surgir e desenvolver principalmente a partir do século XIX.

Na modernidade, o louco e reintegrado a sociedade devidos as denúncias que acusavam as formas de tratamentos de uma outra época, neste momento a loucura iria passar a ter um foco exclusivo de cuidados. E neste momento passaria a ter uma assistência de uma medicina científica de direção e controle moral. Onde diversas técnicas de tortura foram aplicadas, por que se acreditava que através da punição pudesse reverter a insanidade. Daí a loucura passa a ser rotulada como doença mental, para justificar as técnicas utilizadas naquela época (Foucault, 1978).

Em meados do século XX, logo após os desastres da Segunda Guerra Mundial, surgiram no oeste da Europa e nos Estados Unidos, sucessivos movimentos destinados ao questionamento da psiquiatria. A especialização médica voltada para o tratamento das doenças mentais foi colocada sob suspeita no contexto das mobilizações políticas da época. Isso ocorreu especialmente devido à recente derrota do nazifascismo e à associação da psiquiatria com práticas eugênicas que eram vista como antéticas e violadoras dos direitos humanos. Essa suspeita levou a uma revisão crítica das práticas psiquiátricas e ao surgimento de movimentos que questionavam o papel e as abordagens da psiquiatria na sociedade (Magaldi, 2020)

Magaldi (2020) afirma que entre as décadas de 1950 e 1960 surgiram várias propostas que foram agrupadas sob o termo “nova psiquiatria”. Essas propostas representaram uma mudança significativa na abordagem e no entendimento dos transtornos mentais, buscando formas mais humanizadas e holísticas de tratamento, além de questionar a medicalização excessiva. Essa época foi marcada por um movimento de reformulação dos conceitos e práticas da psiquiatria, com ênfase na importância do contexto social, emocional e psicológico na compreensão e tratamento dos transtornos mentais.

Na literatura, especialmente Magaldi (2020) trata sobre comunidades terapêuticas organizadas por Maxwell Jones, em plena década de 1950, as quais se consolidaram na década seguinte. Essas comunidades terapêuticas representavam uma abordagem de tratamento baseada na vida em comunidade, envolvendo pacientes e profissionais de saúde mental em um ambiente colaborativo e terapêutico.

A autora aponta que na França, dois movimentos importantes na psiquiatria foram a psiquiatria institucional e a psiquiatria de setor, lideradas por Francois Tosquelles e Lucien Bonnafé, respectivamente. Além disso, as experiências no Hospital La Borde, conduzidas por Jean Oury e Félix Guattari também foram significativas (Magaldi, 2020)

A psiquiatria comunitária Nos Estados Unidos, também teve seu surgimento ao longo do século XX, a partir da década de 1950 e 1960 marcada pelo movimento de Desinstitucionalização, o qual defendia a redução do número de paciente em hospitais psiquiátricos e o desenvolvimento de serviços de saúde mental na comunidade. Porém o desenvolvimento dessa Psiquiatria ocorreu um pouco mais tarde, especialmente na década de 1970 inspirada nos movimentos ingleses e franceses, representando uma abordagem mais voltada para a comunidade e a prevenção de transtornos mentais (Magaldi, 2020)

Ainda durante a década de 1960, o desenvolvimento da psiquiatria chega na Itália, através do psiquiatra italiano Franco Basaglia, onde introduziu uma abordagem inovadora no campo da saúde mental, propondo uma reformulação no conceito de loucura (Gaino *et al.* 2018)

Durante este período da década de 1960, na Itália, o psiquiatra italiano Franco Basaglia, mudou o foco da doença para questões de cidadania e inclusão social, defendendo os direitos das pessoas com transtornos mentais e questionando o modelo tradicional de tratamento psiquiátrico baseado em internações prolongadas

em instituições asilares. A ideia de Franco Basaglia ganhou adeptos e inspirou o movimento da reforma psiquiátrica, o qual influenciou significativamente o conceito de saúde mental em vários países, provocando uma reflexão crítica sobre as práticas psiquiátricas tradicionais, impulsionando a busca por alternativas mais humanizadas e inclusivas no tratamento de doenças mentais (Gaino *et al.*, 2018)

No Brasil, a referência aos projetos de questionamentos da psiquiatria costuma estar circunscrita ao fim da década de 1970, no contexto de redemocratização que caracterizou o declínio da ditadura civil-militar(1964-1985). Essa época foi marcada por movimentos e debates intensos relacionados à saúde mental e às práticas psiquiátricas no país (Magaldi, 2020)

Conforme Matos *et al.* (2022), a concepção de saúde mental evoluiu significativamente ao longo da história, refletindo evoluções nas percepções sociais, científicas e culturais sobre o bem-estar psicológico e emocional das pessoas. O conceito de saúde apresentado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não se limita à ausência de doenças e enfermidades, abrangendo um estado de bem-estar completo, que inclui aspectos físicos, mentais e sociais.

Apesar das diversas discursões que tomam essa definição, ao se tratar do empoderamento em saúde mental, percebe-se que sua consolidação na prática ainda enfrenta obstáculos, representados, entre outros fatores, por questões de natureza epistemológica e institucional, bem como inflexões de natureza, política e ideológica. Suas abordagens e análises não constituem tarefa fácil, devido às peculiaridades do campo da Saúde Mental, particularmente sua longa história de segregação e exclusão social, o que tende a levar seus autores a reproduzir os valores e práticas mais sedimentados e convencionais (Alves; Oliveira; Vasconcelos, 2013)

Porém, segundo Gama *et al.*(2014), o conceito de saúde mental, proposto pela OMS, baseada em um estado de completo bem-estar físico, mental e social, traz uma ideia utópica, gerando assim críticas de vários autores, pois entende-se que a existência de uma pessoa inclui os erros, os fracassos, as privações, as opções de vida, os desejos, as angústias existenciais, os desafios e as contradições. No entanto, a definição da OMS permite a utilização do conceito para legitimar estratégias de controle e exclusão de tudo aquilo que consideramos fora do normal, indesejado ou perigoso.

2.2 Saúde Mental no Brasil

No contexto brasileiro, o sistema de saúde mental começou a se organizar durante a década de 70, neste período a necessidade de uma reforma na política nacional de saúde mental era crucial devido às condições precárias dos hospitais psiquiátricos e às modernas dos direitos humanos que frequentemente ocorriam. Essa reforma era vista como indispensável para melhorar a qualidade do cuidado e modernizar o sistema de saúde mental no país. A transformação nesse setor foi de extrema importância para garantir um tratamento mais humano e eficaz para as pessoas (Almeida, 2019)

O sistema de saúde mental durante a década de 70 era predominantemente baseado em hospitais psiquiátricos, com uma demanda significativa por esses serviços, não havia políticas claras que garantiam e promoviam a saúde mental nesse período. No entanto, a partir dessa década, começaram a ocorrer mudanças significativas, resultando em novas abordagens para o tratamento da saúde mental e uma maior conscientização sobre os direitos dos pacientes psiquiátricos. Essas mudanças foram fundamentais para a evolução do cuidado em saúde mental no Brasil e contribuíram para a implementação da Reforma Psiquiátrica (Almeida, 2019).

No final da década de 70 iniciou-se no Brasil um período de transformações político-sociais, conhecido também como movimento da Reforma Psiquiátrica, esse processo veio com um novo reordenamento institucional, baseado em ações sustentadas a partir da ruptura com modelos segregadores de assistência e da construção de um novo estatuto de cidadania para o doente mental, buscando recriar novos lugares de convivência para a doença mental nos espaços das cidades e no imaginário social. Este movimento, chamado Reforma Psiquiátrica, impulsionaram a constituição de políticas públicas de saúde mental, dando protagonismo aos usuários, familiares e trabalhadores (Alves, *et al.* 2013)

Segundo Alves *et al.*, (2013) as contribuições da reforma psiquiátrica Brasileira para a saúde mental, em sua trajetória de mais de três décadas podem ser delimitadas através de momentos históricos. Sendo considerado o primeiro momento, o fortalecimento da saúde mental com as estruturas de enormes aparatos manicomial no final da década de 70, marcado pela “ Indústria da Loucura”, caracterizada pelo financiamento de recursos públicos para a iniciativa privada com fins de construção e manutenção de grandes manicômios.

Alves *et al.*, (2013) afirma que durante esse período entre o final da década de 70 e início aos anos 80, mas precisamente no ano de 1978, um acontecimento que tornou-se destaque, foi o surgimento do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), tornando um porta voz para a comunidade, levando conhecimento público as denúncias de torturas, mortes e má gestão do dinheiro público, o qual dentre essas denúncias também havia a de que os espaços hospitalares eram usados para a prática de torturas de presos políticos, bem como a ocultação de cadáveres no regime militar.

Outro momento de grande destaque nessa trajetória, iniciou-se na década de 80, caracterizado pela Reforma Sanitária, e a chegada do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse momento trouxe grandes contribuições na organização de um novo modelo de política para o campo da saúde mental no Brasil, através da criação das chamadas Ações Integradas de Saúde, que mais tarde se constituíram nos chamados SUDS (Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde). O projeto da reforma sanitária adotou os moldes de uma medicina de base comunitária, preventiva e com enfoque na atenção primária (Alves, *et al.* 2013)

Almeida (2019) destaca como as primeiras reformas na área da saúde mental, inovações em cidades como Santos, Estado de São Paulo, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento de um modelo adaptado à realidade brasileira. Essas reformas foram desenvolvidas significativamente para os primeiros passos na construção de uma política nacional de saúde mental. Ao longo dos anos de 1980, esse processo se integraria à redemocratização do país, fortalecendo-se em diversos aspectos, como legislativos, administrativos

Para lidar com a divulgação dos direitos humanos nos hospitais psiquiátricos, as reformas iniciais focaram na melhoria das condições de vida nessas instituições e na promoção da desinstitucionalização. Os esforços visavam substituir progressivamente os hospitais psiquiátricos por uma rede de serviços comunitários, sendo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) o núcleo desse novo modelo. Esses centros foram inspirados nos centros de saúde mental desenvolvidos em países europeus, como a Itália, e desempenharam um papel fundamental na transformação do sistema de saúde mental (Almeida, 2019).

Segundo Almeida (2019), durante os anos 80, o Brasil conquistou de forma global, um lugar único, no campo de saúde mental, através da inicialização de políticas de saúde mental, o qual esteve estreitamente associada à criação do Sistema Único

de Saúde (SUS). Esse desenvolvimento conseqüentemente, tornou o Brasil internacionalmente reconhecido como um dos primeiros a estabelecer uma política nacional de saúde mental, e tê-la á implementada com êxito durante mais de 30 anos, fora os países de maiores recursos.

Ainda nos anos 80, destacaram-se algumas conferências de saúde e saúde mental, impulsionadas pelos movimentos da reforma sanitária, como por exemplo a 8º Conferência Nacional de Saúde que ocorreu em 1986, e em 1987 a 1º Conferência Nacional de Saúde Mental (Alves *et al.*, 2013)

O Brasil tem feito progressos significativos à area da saúde mental desde a avaliação realizada em 2015, observou-se a existência de uma massa crítica importante, envolvendo representantes de diversos setores e apoiada por grupos de pesquisa de alto nível, é fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas e práticas relacionadas à saúde mental (Almeida, 2019)

Segundo Almeida (2019) a experiência brasileira foi enriquecida pelos desenvolvimentos registrados na integração da saúde mental á atenção primária após Alma-Ata e desempenhou um papel importante na iniciativa de reestruturação dos serviços psiquiátricos da América Latina, que se seguiu à *Declaração de Caracas*. A saúde mental visa crescer a partir da atenção primária, que fornece cuidados de saúde mental acessíveis e de alta qualidade e também introduzida através de capacitação de seus profissionais.

Como sucede em todos os processos inovadores, a política de saúde mental suscitou resistências significativas por parte dos setores mais tradicionais. No entanto, os desenvolvimentos verificados mais tarde no campo dos direitos humanos, em particular o consenso criado em torno dos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiência e a adoção generalizada dos princípios mostraram que a política brasileira não só esteve certa nesse campo, como antecipou muitos dos princípios que viriam a ser universalmente reconhecidos com relação aos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais (Almeida, 2019).

Em 2001 foi promulgada a lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015) que reconhece a saúde mental como direito fundamental das pessoas com deficiências, e de responsabilidade da lei garantir ações preventivas relacionadas a saúde mental e acesso a serviços de assistências psicológicas e psiquiátricas.

A saúde mental foi e ainda é alvo de estigmas e de discriminação social que dificulta a implementação de reformas efetivas, a falta de conscientização e também educação sobre saúde mental, dificulta a implementação de novas práticas

Segundo Campos (2019) apesar de uma integração da saúde mental a áreas micro sistêmicas meso(institucional e micro (Clínica), apontava-se expansão de rede de atenção e novas formas de organização e de treinamentos. No entanto, o sistema persistia subfinanciado e precisando de melhorias na atenção primária e no mecanismo de avaliação, práticas integradas relacionadas as equipes de urgência e ao apoio matricial, eram avaliados como melhoras, assim também como as experiências de supervisões e de equipes multidisciplinares.

Sobre a governança e mecanismo de avaliação, Campos (2019) afirma que apontava a saúde mental como área subfinanciada do Sistema Único de Saúde (SUS), já cronicamente subfinanciado. O modelo governança era responsabilizado por restringir o progresso de serviços essenciais, criando-se a necessidade de um processo de regionalização, denunciavam-se mecanismo de avaliação não incorporada à política de saúde no burocrático, que o foco da política parecia arcaico em relação aos preceitos do modelo psicossocial e concluía que os mecanismos de avaliação precisavam ser ampliados.

Recentemente, em uma revisão sistématica sobre avaliação de serviços de saúde mental no Brasil ainda no prelo, as principais conclusões foram que a avaliação da rede de saúde mental brasileira ficou aquém da expansão dos serviços, com déficit de estudos em larga escala, pois a maioria dos trabalhos diziam respeito a um número restrito de serviços ou a uma região única (Campos, 2019).

Portanto Campos (2019), afirma que os estudos avaliativos apontaram desafios para a rede de saúde mental brasileira, sendo a falta de participação de usuários e famílias, uma questão preocupante. Assim como são escassos os estudo sobre direitos e cidadania. Pelo fato do Brasil não ter uma forte cultura avaliativa, alertava-se para a necessidade de desenvolver uma política de avaliação da implantação de expansão de serviços, caso contrário, esforço e dinheiro poderiam ser desperdiçados.

Araújo e Torrenté (2023) aponta que existe um contingente significativo de pessoas que apresentam algum tipo de transtorno mental (TM). Estimativas, em nível global, indicam que em todo o mundo, 4, 4% das pessoas sofrem de transtornos depressivos e 3, 6% de transtornos de ansiedade, apontando para uma tendencia sustentada de crescimento desses agravos. No Brasil, a carga de doenças crônica

não transmissíveis (DCNTs) tem aumentado substancialmente, de forma que os transtornos mentais passaram a representar um terço total de casos de DCNTs.

O Brasil tem ocupado o quarto lugar entre os países da América Latina com maior crescimento anual de suicídio; em numeros absolutos, é a segunda dessa região das américas. Os transtornos mentais são relevantes, pelos efeitos adversos que produzem e pelos impactos que geram na qualidade de vida e de saúde dos impactos afetados. Há evidência de que o envelhecimento mental está associado ao aumento ao aumento na freqüência e gravidade de outras doenças crônicas. Estas evidências explicitam a necessidade de atenção a esses agravos no país (Araujo; Torrenté, 2023).

Segundo esses autores na medida que os transtornos mentais assumem relevância no quadro geral de saúde da população brasileira, identificam-se importantes barreiras no caminho de seu enfrentamento, destacando-se as desigualdades sociais e regionais no acesso ao tratamento; a ausência, insuficiência ou inadequação das políticas de atenção e a invisibilidade dos contextos e condições que produzem o adoecimento.

Alem desses obstáculos Araújo e Torrenté (2023) também enfatizam o retrocesso no modelo de atenção á saúde mental, sistematicamente implementado pela contrarreforma psiquiátrica nos últimos anos, implicando recuos significativos na adoção de modelos inclusivos de atenção psicossocial. Esses autores afirmam que a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 evidenciou que 78,8% dos brasileiros com sintomas depressivos (moderados ou severos) não recebiam qualquer tipo de tratamento para essa condição, com decrepâncias regionais expressivas: na região norte, a proporção de individuos não tratados foi de 90.2% enquanto na região sul foi de 67,5%.

Os transtornos mentais, portanto, representam um grande desafio para o Sistema Único de Saúde (SUS), e para as redes de prevenção e promoção da saúde mental, apresentando pontos cruciais no debate para o processo de construção de uma política de saúde mental guiada pelos princípios do direito à dignidade humana e à inclusão social (Araújo; Torrenté, 2023)

Duarte (2015) afirma que apesar de alguns avanços em políticas publicas voltadas a saúde mental no Brasil, ainda há muito o que avançar, sendo importante ressaltar que o desenvolvimento de uma politica se constitui como um processo e que seus desdobramento são continuos.

2.3 Saúde Mental nas Organizações Institucionais

Bôas e Soares (2024) afirma que atualmente, a questão da saúde mental no ambiente organizacional é um tema de grande relevância no cenário social e jurídico brasileiro. Tendo como principais pontos a considerar, síndrome de Burnout, o assédio moral no ambiente de trabalho; precarização dos direitos trabalhistas e sociais; estigmatização e exclusão de pessoas com transtornos mentais. Entende-se que as instituições organizacionais são entidades ou estruturas que possuem uma forma organizacional específica, para atingir objetivos. Essas instituições variam amplamente, desde empresas e organizações sem fins lucrativos, até agência governamentais.

Franco (2023) menciona a polícia militar como uma organização institucional, no qual possui uma estrutura organizacional baseada na hierarquia e disciplina, criando um senso de ordem e pertencimento a seus membros. Porém quando muito rígidas suas normas, pode impactar negativamente no direito de liberdade de expressão dos indivíduos, podendo agir como causa à crises emocionais e psicológicas.

Sampaio (2022) afirma que a subordinação e o sistema predominante de vigilância impostos pela corporações militares muitas vezes buscam controlar e condicionar a força de trabalho para atender aos interesses e exigências da organização. Isso pode levar a uma tentativa de suprir os mecanismos de resistência dos policiais. Esse tipo de controle excessivo pode ter consequência negativas tanto, na saúde mental dos policiais quanto no desenvolvimento da instituição.

A dinamicidade e a turbulência nos ambientes organizacionais internos e externos tem um impacto significativo nas organizações públicas, incluindo instituições de segurança pública. Essas mudanças alteram um retorno constante das atividades realizadas por essas organizações, muitas vezes resultando em mudanças na gestão, nos processos e até na cultura organizacional. No entanto a mudança do clima organizacional na Polícia Militar pode ser uma transformação complexa que envolve diversos aspectos desde a cultura interna até as políticas de gestão (Dos Santos *et al.* 2022).

Conforme França *et al.*, (2015) para desenvolver resiliência, disciplina e capacidade de enfrentar situações adversas, a polícia militar, durante a formação e treinamento utiliza a “pedagogia do sofrimento” no qual enfatizam o sofrimento como

parte integrante do processo de treinamento e socialização dos novos membros. Essa abordagem pode ser vista como uma forma de fortalecer a mentalidade de resistência e a capacidade de lidar com situações difíceis e estressantes que são comuns na carreira policial militar.

No entanto, essa pedagogia também pode levantar questões sobre os métodos de ensino e os impactos psicológicos dos rituais de sofrimento prolongado. Algumas críticas sugerem que esse tipo de abordagem pode resultar em desgaste emocional e trauma nos recrutas, podendo até contribuir para problemas mentais ao longo prazo.

Conforme Sampaio (2022) a saúde mental nas instituições militares, podem ser promovidas através da atuação da psicologia dentro das corporações, por meio da promoção de diálogo sobre os adoecimentos psíquicos e oferecimento de atendimento tanto em grupo quanto individualmente.

Franco (2023) destaca a polícia militar do estado de São Paulo, como referência na atuação de medidas relacionadas a saúde mental, dentro das instituições militares, no qual afirma possuir diversos estudos, programas de tratamento, manuais de prevenção ao suicídio e treinamentos com os policiais.

Além das instituições militares, as instituições educacionais também são consideradas exemplos de instituições organizacionais. Conforme Pinheiro *et al.*, (2023) nas instituições educacionais, não apenas em instituições de ensino tradicionais, mas também na de educação básica técnica e tecnológica integrada ao ensino médio, a saúde mental é um tema que vem ganhando destaque na sociedade contemporânea.

Kutcher *et al.* (2014) argumenta que as instituições educacionais são vistas frequentemente, como um ambiente crucial para a promoção da saúde mental, devido às suas funções, como centro de construção de conhecimento.

Freitas *et al.* (2023) aponta os avanços tecnológicos como um dos fatores condicionantes ao adoecimento dentro das instituições educacionais, no qual trouxe o imediatismo das relações pessoais, acarretando consequências para além da otimização do tempo e o aumento da produtividade, afirmando que a inclusão de programas e serviços de apoio psicológicos nestas instituições é essencial para garantir um ambiente educacional saudável.

Assim como em várias outras instituições, nas instituições militares os avanços tecnológicos também têm seus impactos positivos e negativos para a saúde mental dos policiais militares. No qual exige que os policiais militares sejam constantemente

treinados e atualizados sobre novos equipamentos e procedimentos, o que pode ser desafiador e estressante.

Conforme Trochini *et al.*, (2023) a saúde mental dos colaboradores está intimamente ligada ao sucesso e a eficácia de uma organização. Colaboradores com boa saúde mental tendem a ser mais engajados, criativos e produtivos, contribuindo de forma significativa para o crescimento da empresa ou instituição.

Segundo Lopes *et al.*, (2021) o bem-estar no trabalho é um conjunto de estratégias adotadas para a criação de um ambiente harmônico e benéfico ao colaborador. Além do bem-estar no ambiente de trabalho há também os impactos das relações interpessoais afetivas entre a equipe, que se relacionam diretamente com a sensação de pertencimento à comunidade criada dentro da instituição e a forma como as pessoas se relacionam com os colegas de trabalho.

Portanto é fundamental que as instituições e empresas promovam práticas para um ambiente de trabalho saudável, incluindo dinâmicas de conscientização sobre saúde mental e a identificação de possíveis causas de adoecimentos, conforme destacado por Moreira (2023). Isso contribui para reduzir o estresse e a pressão no ambiente de trabalho, impactando positivamente na saúde mental dos servidores.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Para a realização da pesquisa, foi adotado o método de pesquisa descritiva, conforme definido por Pedroso *et al.*, (2017), que tem como objetivo descrever um fenômeno ou situação em detalhe. Neste contexto, optou-se por utilizar esse tipo de pesquisa para descrever e analisar a perspectiva de vários autores sobre a temática proposta neste projeto, buscando entender a relação entre os fenômenos e eventos relacionados à saúde mental suas transformações ao longo do tempo, correlacionado a saúde mental do policial militar.

Além da pesquisa descritiva, também foi adotada a abordagem qualitativa, utilizando a técnica de pesquisa da revisão bibliográfica. Essa abordagem permitiu utilizar o referencial teórico de diversos autores para analisar os dados já pesquisados e referenciados, buscando compreender as diferentes visões e abordagens relacionadas ao tema. Todas as etapas foram realizadas seguindo as normas e critérios que validam uma pesquisa legal e ética.

3.2 Aspectos Éticos

Para a condução desta pesquisa foram considerados todos padrões e princípios éticos, respeitando o código de Ética Profissional do Psicólogo(a) abordado na resolução CEP Nº 010/05, mantendo todas as citações e referências dos autores e seguindo todos os padrões definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.3 Critérios de Inclusão e Exclusão

Os parâmetros e diretrizes utilizados para a selecionar as fontes de informações, como base para esta pesquisa, foram estabelecidos de acordo critérios de período de publicação, o qual foram utilizados artigos, revistas e obras publicadas entre 2013 a 2024, obedecendo os critérios de credibilidade e confiabilidade, onde foram verificados a qualidade e a reputação das fontes, buscando garantir que as informações sejam confiáveis e fundamentadas em dados comprovado. Esses dados foram encontrados de sites eletrônicos acadêmicos, como Scielo e Google acadêmico.

Portanto os critérios de inclusão para esta pesquisa excluem artigos 2013, bem como fontes que não tenha nenhuma relação com o tema ou que não contribuem para o desenvolvimento da pesquisa. Isso significa que apenas as fontes relevantes, atualizadas e diretamente relacionada a saúde mental, policiais militares e abordagens psicológicas relacionada a esse contexto.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Polícia Militar: Origem e Contexto Histórico

Certamente, antes de mergulhar na análise da saúde mental no ambiente militar, importa entender a natureza e a história dessa organização institucional, que em termos conceituais a literatura nos mostra a polícia militar como uma organização administrativa do Estado politicamente organizada que busca impor limitação à liberdade na medida necessária à salvaguarda e manutenção da ordem pública.

Na tratativa de sua origem, Souza e Albuquerque (2017) afirmam que os primeiros registros de policias na história do mundo, surgiram na Dinastia Chu e Jin (771 a 403 a. C) através de modelos de sistemas de segurança na China Antiga e que com o passar dos anos foram surgindo policias secretas, guardas imperiais e outros modelos. Essa evolução também se propagou na Grécia, França, na Europa medieval e feudal, onde se deu por meio de agrupamentos humanos religiosos.

É interessante notar como as instituições policiais têm uma história que remota a séculos atrás, com suas origens sendo encontrada em diversas culturas e civilizações antigas. Baseado na afirmativa dos autores Souza e Albuquerque, podemos compreender que a origem da polícia colaborou para a fundamentação da Segurança Pública em seu contexto histórico.

Moura (2019) afirma que Polícia Militar, como organização institucional, tem suas raízes na Europa Ocidental dos séculos XVII e XIX, nos quais a segurança pública era reconhecida como um serviço garantido pelo Poder Público, para resguardar os direitos e assentamento das autoridades. Durante esse período na Europa Ocidental, particularmente na França, desenvolveram-se modelos de policiamento militarizados, nos quais as forças policiais eram organizadas e operavam de maneira semelhante á forças armadas, porem mais voltadas para a manutenção da ordem pública.

Com o tempo, esses modelos foram adotados em outras partes do mundo, incluindo colônias europeias e países que foram influenciados pelo colonialismo e imperialismo europeu. Assim, a inspiração na Europa Ocidental dos séculos XVII e XIX moldou significamente a organização e as funções das polícias Militares em diversos países, estabelecendo uma base para o papel dessas instituições na segurança pública.

Mesmo que os modelos de policiamento militarizados remetem a uma semelhança às forças armadas, é interessante observarmos a distinção entre forças de segurança nacionais, como o Exército, e a polícia. Onde Exército, estar mais voltadas para a subordinação do Estado e a defesa militar, e a polícia tem um papel mais direto na manutenção da ordem pública, fiscalizando o governo e fazendo cumprir a lei no âmbito civil. Essa distinção reflete a evolução das instituições de segurança ao longo do tempo e sua adaptação às necessidades específicas da sociedade em diferentes contextos históricos.

Assim como existe a distinção entre as forças de segurança nacionais e forças policiais, é importante destacarmos que além da polícia militar também existem outras instituições militares. Moura (2019) argumentam que são considerados militares do Estado, os integrantes da polícia militar e do corpo de bombeiros militar. Sendo assim entendemos que apesar dessas instituições terem uma estrutura militarizada, possuem atribuições distintas.

Bretas e Rosemberg (2013) afirmam que no Brasil a história da polícia é marcada pela transmigração da família real portuguesa, durante o século XVIII. Tendo também como marco histórico os anos 1980 com a implementação da república, o qual atraiu historiograficamente com o foco de uma busca pela modernidade através de um modelo repressivo de Estado .

As primeiras pesquisas sobre a polícia militar no Brasil, surgiram especialmente voltadas para a polícia militar do estado de São Paulo e sua atuação como um exército local nos primeiros anos da República, durante o surgimento de novos interesses historiográficos desencadeados pelo sopro renovador que abalava a ditadura militar, e que consequentemente devolveu os trabalhadores à arena política (Bretas; Rosemberg, 2013)

Costa *et al.* (2021) afirma que a Polícia Militar é de fato uma instituição com uma longa história e marcada pela hierarquia e disciplina, tendo como principal missão a ordem pública através do policiamento ostensivo em locais públicos, realizado por policiais fardado e por meio de trabalho preventivo, que envolve observação e fiscalização para coibir ações de possíveis infratores e prevenir ocorrência de crimes.

Segundo o Manual Básico de Policiamento Ostensivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de 1997, destaca que a composição dos serviços de policiamento ostensivo envolve diversas variáveis que identificam seus aspectos. Isso inclui desde a distribuição estratégica de efetivo em áreas de maior demanda até a

utilização de técnicas e equipamentos adequados para garantir a eficácia das ações policiais. Esses aspectos são fundamentais para o cumprimento da missão da Polícia Militar de manter a segurança e a ordem pública, protegendo a sociedade e prevenindo a ocorrência de delitos.

4.2 O Ambiente Militar como Espaço Stressor

Para que possamos discutir acerca dos fatores estressores que compõem o ambiente militar, é necessário entender que o ambiente militar está relacionado a um contexto organizacional que compreende algumas instituições.

Conforme apontado anteriormente por Moura (2019), são considerados militares do Estado os integrantes da polícia militar e do corpo de bombeiros. No entanto, existem também outras forças de segurança nacionais consideradas militares como o Exército, onde também são regidos por hierarquia, disciplinas, treinamentos, preparações, operações e missões. Sendo assim entendemos que o ambiente militar é composto por essas normas que conseqüentemente gera aos integrantes, um conjunto de condições físicas, organizacionais, sociais e psicológicas.

Entende-se que ao apontar essa distinção entre as diversas forças de segurança no Brasil, onde apesar de todas serem consideradas integrantes das forças militares do Estado, essas forças seguem normas específicas, tornando-os um ambiente único com diferentes condições físicas, organizacionais, sociais e psicológicas. Portanto, para a compreensão desse contexto é crucial fazer a distinção dessas instituições militares e entender melhor a dinâmica e os desafios enfrentados pela polícia militar.

Da Silva et.al., (2018) destacam a hierarquia e a disciplina como dois pilares fundamentais que estruturam o ambiente policial militar. Esses princípios são fundamentais para garantir a eficácia das operações policiais e a segurança tanto dos agentes quanto da comunidade que servem.

No entanto, observa-se que o ambiente de trabalho do policial, devido ao seu funcionamento organizacional e a natureza de risco inerente ao trabalho, torna o sofrimento psíquico praticamente inevitável e prevalente entre esses profissionais. Isso ressalta a importância de políticas e programas de apoio à saúde mental dentro desses ambientes de trabalho.

Silva, (2020) aponta que a hierarquia e disciplina imprimem um ambiente de trabalho bastante rígido, no qual o policial está sujeito a sanções disciplinares, aplicadas proporcionalmente à gravidade e a natureza da infração. As sanções vão desde advertências a detenção e expulsão. Deste modo acaba gerando medo e estresse constante na vida desses profissionais.

Segundo Pelegrini *et al.*, (2018) o ambiente de trabalho dos policiais militares é altamente dinâmico e muitas vezes desafiador, em termos de ergonomia e condições salubres, o fato de os policiais passarem grande parte do tempo de viaturas interagindo com comunidades ou realizando suas tarefas em diferentes locais, pode resultar em uma falta de controle sobre o ambiente físico em que trabalham.

A dinâmica complexa e desafiadora entre a polícia militar e a comunidade, também pode ser considerado como um fator estressante no ambiente militar. Conforme Silva, (2020) o fato dos policiais estarem em constante contato com a sociedade cria um senso de desvalorização da atuação policial, falta de reconhecimento e depreciação da profissão. Além da conduta agressiva ou truculenta de alguns policiais, juntamente com casos de corrupção dentro da instituição, contribui para a tensão entre a polícia e a comunidade, aumentando a hostilidade e a resistência por parte da população.

Neste sentido, entende-se que os fatores de hostilidades entre a polícia militar e a população, bem como a corrupção e conflitos internos entre colegas e superiores, dentro da instituição, podem criar um ambiente de trabalho estressante e prejudicial para a saúde mental dos policiais. O conhecimento ou a suspeita de corrupção e abusos de poder podem causar sentimentos de frustração, desconfiança e desesperança entre membros da polícia militar.

No Brasil, há uma lacuna significativa em termos de pesquisas sobre as atividades dos policiais militares e sua saúde mental. Isso pode representar um obstáculo na identificação e prevenção dos diferentes fatores que contribuem negativamente para a qualidade de vida desses profissionais. (MOURA, 2019)

Bretas e Rosemberg (2013) argumenta que apesar das polícias produzirem uma quantidade significativa de documentos, atribuindo um imenso valor pela informação, porém mesmo assim, nos dias atuais ainda existe uma grande dificuldade sobre o acesso a essas informações relacionada ao contexto de polícia militar em sua história, onde muitas informações são adquiridas de formas irregulares, devido a grande resistência da instituição sobre manter essas informações. Deste modo dificulta

compreender de forma mais ampla sobre os fatores estressores contido no âmbito policial.

“ As pesquisas apontam que os policiais mostravam relutância em expor sintomas emocionais ou psiquiátricos, em especial quando o profissional de saúde integrava a cooperação. Esse comportamento pode derivar do medo da perda da confidencialidade e por demonstrar fraqueza diante da instituição e de seus colegas.” (CASTRO, CRUZ, 2015 *apud* SOUSA *et al.* 2022, p. 9)

Partindo dessa perspectiva é compreensível que os policiais possam hesitar em expor sintomas emocionais ou psiquiátricos, especialmente se sentirem que sua privacidade não será respeitada ou se preocuparem com o estigma associado à busca de ajuda mental, pois o ambiente de trabalho policial muitas vezes enfatiza a força, a resiliência e a capacidade de lidar com situações difíceis, o que pode tornar difícil para os policiais admitirem que estão enfrentando problemas de saúde mental.

Os resultados obtido por essa pesquisa nos mostra que o ambiente de trabalho dos policiais militares é frequentemente caracterizados por uma série de fatores estressantes e que esse estresse com muita frequência . Conforme apontado por Sousa *et al.*, (2022) é identificado como umas das principais razões para faltas e licenças no trabalho entre policiais.

Da Cunha et al. (2019) argumenta o processo de estresse pode ser dividido em três fases: Reação de alarme, fase da resistência e a fase da exaustão. O qual a reação de alarme, caracteriza-se por aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial, concentração dos glóbulos vermelhos, aumento da concentração de açúcar no sangue, redistribuição do sangue, aumento da frequência respiratória, dilatação dos brônquios, dilatação da pupila, aumento da concentração dos glóbulos brancos e ansiedade.

Como segunda fase desse processo, temos a fase da resistência onde ocorre alterações hormonais e fisiológicas prolongadas, como o aumento do córtex da suprarrenal (que produz cortisol), ulcerações no aparelho digestivo, sintomas emocionais como irritabilidade, insônia, mudanças de humor, diminuição do desejo sexual e até mesmo atrofia de algumas estruturas relacionadas à produção de células sanguíneas. E por fim a fase da exaustão, onde os recursos do corpo estão esgotados e os mecanismos de adaptação falham, levando a um retorno à reação de alarme, sobrecarga fisiológica em casos extremos, até mesmo à morte do organismo (Da Cunha et al., 2019)

Trochini *et al.*, (2023) afirma que o Ministério da Saúde, define o estresse como uma resposta natural do organismo a situações de pressão, desafio, perigo ou demanda física e emocional e assevera que ele é uma reação fisiológica e psicológica na qual o organismo libera hormônios, como cortisol e a adrenalina, podendo desencadear uma série de alterações, quais sejam, o aumento da frequência cardíaca, a respiração acelerada, a tensão muscular, a dilatação das pupilas e o aumento da vigilância e do estado de alerta.

Sousa *et al.*, (2022) também aborda outros sintomas o qual o estresse pode desencadear, sendo considerados como sintomas físicos, onde são definidos como mãos e pés frios, sudorese excessiva, insônia, flatulência, problemas dermatológicos, dores de cabeça e baixa imunidade. Além desses sintomas o estresse também apresentam sintomas psicológicos como, nevrosismo, irritabilidade excessiva, raiva prolongada, cansaço excessivo, pensamentos negativos e as variações de humor, que influenciam no comportamento (Sousa *et al.*, 2022)

O estresse é a variável de saúde mais investigada, um total de 37 estudos. Os níveis de estresse foram identificados com a prevalência média de 43,75%. Este alto nível de estresse pode impactar negativamente o trabalho, reduzindo a produtividade, a capacidade de raciocínio lógico, dificultando tomada de decisões rápidas que são necessárias em atividades até mesmo para própria segurança do policial (Sousa *et al.*, 2022).

Diante dessa afirmativa é possível observarmos o ambiente militar como espaço stressor devido os inúmeros fatores associados a profissão militar, compreendendo-o não apenas como o espaço físico do quartel ou batalhão, mas toda a extensão do trabalho policial, seja ele no quartel, na viatura ou qualquer outro lugar normatizado pelo militarismo. Tendo em vista que nem todos os policiais ficam em prontidão na base militar. Sendo assim o espaço militar também pode ser compreendido como a viatura onde muitas vezes é onde os policiais passam a maioria do tempo de jornada de trabalho juntamente com suas guarnições, recebendo ordem e executando.

No que refere-se a concepção de estresse conforme mencionados anteriormente pelos autores acima, é possível identificarmos que apesar de ser uma resposta natural do organismo, ele pode se tornar um estresse crônico e desencadear outros transtornos, bem como o Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT)

Sousa *et al.*, (2022) argumenta que o (TETP) transtorno de estresse pós-traumático é um tipo específico de estresse investigado onde apontam a prevalência média encontrada em artigos e de 19,68%. Segundo uma revisão feita por esse autor as pesquisas mostraram situações distintas entre fatores que desencadeiam esse tipo de transtorno em policiais femininas e em policiais masculinos como, por exemplo: ver crianças abusadas, homicídios, acidentes de transitos graves, ver cadáveres e a alta carga de trabalho são eventos mais traumáticos para mulheres policiais e para os homens testemunhar e participar de tiroteios e ver vítimas de assaltos ou agressões são eventos mais traumáticos na profissão.

Porém, vale ressaltar que apesar dos resultados apontados por esse autor, a alta carga de trabalho também é um fator preocupante no desenvolvimento de transtornos mentais em policiais masculinos, tendo em vista que o quantitativo de policiais masculinos em algumas regiões excedem o quantitativo feminino, ocasionando maior número de policiais em funções ostensivas.

Sousa *et al.*, (2022) afirma que muitas pessoas ingressam na polícia em busca de estabilidade financeira e também de ascensão social, porém a realidade do trabalho do policial pode ser bastante desafiadora, onde as remunerações financeiras não correspondem adequadamente aos riscos e demandas do trabalho, as baixas remunerações abatem os policiais a ponto de sujeitarem-se a uma jornada de trabalho extra para conseguirem complementação da renda financeira.

Os resultados analisados mostram que essa discrepância entre as expectativas e a realidade pode gerar consequências negativas para a saúde dos policiais. Sousa *et al.*, (2022) aponta a depressão como outro tipo de adoecimento identificado nos policiais causado tanto pelo estresse vivenciado no ambiente militar, quanto, fora dele, com uma prevalência média de 18,41%. Elevados níveis de depressão e suicídios, ideação, tentativas ou consumação relacionado a uma conjuntura complexa, no qual se formam baixa identificação formal e renda (Sousa *et al.*, 2022)

Outro fator estressante no ambiente militar, o qual tem influenciado o adoecimento do policial militar, conforme mencionado por Barbosa e Menezes (2017) é a mudança repetitiva, junto a impunidade característica da cultura o qual independe de patente para acontecer. Essa impunidade incentiva a criminalidade e violência e consequentemente triplicifica o estresse psicológico e físico do policial, que passam a se preocupar em ir ao trabalho e sair vivo, além da pressão em uma situação de tiroteio onde o agente pode acabar fazendo uma vítima. Tudo isso colabora para o

desenvolvimento de uma polícia adoecida psicologicamente, tornando assim o ambiente de trabalho como um espaço gerador de estresse.

Segundo Sousa *et al.*, (2022) os estudos revisados mostraram a importância de investigar a saúde mental dos policiais e também a complexidade desta tarefa. Foram localizadas a amplitude dos focos de interesse como os aspectos biológicos, sociais, da organização do trabalho, a saúde física e emocional e a cultura interna e os aspectos sociais da atuação dos policiais são possíveis áreas de estudo e pesquisa.

4.3 O Suicídio na Polícia Militar

Os resultados desta pesquisa apontam a observação que vários autores fazem sobre os desafios da profissão de um policial militar, onde enfrentam dificuldades que parecem insuperáveis. Essas dificuldades muitas vezes, levam-os a considerar o suicídio como a única saída.

O trabalho do policial é rodeado de riscos reais que podem levar à morte. São muitos fatores que contribuem para o recrudescimento de tais riscos. Porém o mais preocupante é o suicídio, considerando que para a morte basta apenas uma conduta autodestrutiva do próprio indivíduo. Quando um policial passa o limite de sofrimento psíquico suportável, sua resposta pode ser a autodestruição buscando o fim do seu sofrimento (Silva; Boeno, 2017).

Assim como a literatura aponta, os policiais estão em maior risco de enfrentar problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Infelizmente, em alguns casos isso pode levar ao suicídio.

Silva e Boeno (2017) apresentam os resultados de uma certa análise de estatísticas a qual trás informações contundentes sobre policiais militares que se suicidaram, sendo constatado que a maioria dos suicidas estavam de serviços ativos na polícia militar. Cerca de (76%) destes números pelo menos (69%) estavam nos serviços operacionais e possuíam uma média de idade de 50 anos cerca de (81%). E (61%) desses casos eram praças que utilizaram arma de fogo para o ato final.

Os dados apresentados por Silva e Boeno (2017) fornecem informações preocupantes sobre os policiais militares que cometeram suicídio, indicando que esse problema afeta policiais em diferentes estágios de suas carreiras.

Conforme Pereira *et al.*, (2020) o fácil acesso às armas de fogo e o conhecimento sobre o seu manuseio favorecem a elaboração de um plano mais letal

para o cometimento do suicídio, contribuindo para que os policiais considerem esse método ao enfrentar momentos de grande sofrimento psicológico.

A profissão do policial é única e desafiadora porque para ele, ele nunca está de folga. Isso significa que os policiais estão constantemente em alerta mesmo quando não estão oficialmente em serviço. Isso se dá pela natureza imprevisível da profissão que o levam a uma tomada decisão rápida que é preciso agir em questão de emergências, mas isso leva ao estresse ao esgotamento físicos e emocionais e psicológico (Silva; Boeno,2017).

Os policiais militares necessitam ter programas de apoio dentro do aspecto da saúde mental tendo orientação para procurar ajuda. O policial vem de uma cultura onde é orientado a fazer algo rapidamente devido as demandas da profissão. Mas isso de fazer algo rapidamente, dependendo do estado de saúde mental do policial, pode leva-lo a fazer algo sem pensar nas consequências e devido ao acesso a arma de fogo aumenta o risco da impulsividade (Silva; Boeno, 2017)

Conforme Silva *et al.*, (2022) para prevenir o comportamento suicida é preciso conhecer os principais metodos utilizados na busca do suicídio. Para assim montar estratégias que dificultem ações decorrentes dos comportamentos impulsivos do sujeito, dando tempo para rigidez mental diminuir. A rigidez mental e uma característica de pessoas que são tentantes de suicídio. Os meios escolhidos refletem muito na cultura que o sujeito está inserido.

Silva *et al.*, (2022) menciona que um dos estados mentais, que mais se associam ao suicídio são: Psychache o qual trata-se de uma dor intolerável e interminável, rigidez e constrição mental. Nesse estado a consciência da pessoa passa a funcionar de forma dicotomica e “tudo ou nada” sem meio termo.

Entende-se que a associação entre o estado mental de psychache e o suicídio é um achado muito importante, especialmente no contexto da saude mental dos policiais militares. Para os policiais militares, que frequentemente enfrentam situações de alto estresse, exposição ao trauma e pressões significativas em seu trabalho, o estado de psychache pode ser especialmente perturbador. A natureza do trabalho pode contribuir para sentimentos de desesperança, desamparo e falta de controle a propria situação, aumentando o risco de desenvolver psychache.

Além disso, Silva *et al.*, (2022) destaca a impulsividade como um fator associado ao suicídio. Em um ambiente onde os policiais militares estão frequentemente expostos a situações de alto risco e pressão, a impulsividade pode

desempenhar um papel significativo. Um impulso suicida, mesmo que transitório, pode ser desencadeado por eventos estressantes ou crises pessoais, levando a um comportamento autodestrutivo em momento de desespero.

Silva *et al.*, (2022) aponta a importância da realização de investimentos nos treinamentos de profissionais de segurança pública, para que quando receberem ocorrências, possam manusear intervenções pautadas na escuta e no acolhimento sempre que a situação assim permite, ouvindo o sujeito e acalmando fazendo a sua impulsividade diminuir, e assim naquele momento diminuir o risco de suicídio através de um atendimento humanizado.

Franco, (2023) aponta os resultados de uma pesquisa na região do estado de São Paulo em 2017 e 2018, no qual é alarmante os índices de suicídio entre policiais militares, que teve uma taxa 5 vezes maior que a taxa medida sobre a população do estado de São Paulo, sendo 89% homens e 11% mulheres e cerca de 70% desses casos tinham menos de 15 anos de serviço.

Observa-se o fato de que cerca de 70% dos casos de suicídio entre policiais ocorreram em indivíduos com menos de 15 anos de serviços também é preocupante. Isso sugere que os desafios associados à profissão policial podem estar afetando particularmente os policiais mais jovens ou menos experientes.

Conforme Franco (2023) os resultados apresentados em relação ao suicídio policial em São Paulo atingiu níveis epidêmicos. Quando os números atingem uma taxa de 10 suicídios para cada 100 mil habitantes, a Organização Mundial da Saúde considera a situação como epidêmica. Com a bial média de 23,9% entre as policias civil e militar em Sao Paulo.

Essas estatísticas sublinham a importância de abordar ativamente os fatores de risco específicos que contribuem para o suicídio entre policiais. Programas de saúde mental e bem estar adaptados às necessidades dos policiais, incluindo aqueles que estão no início de suas carreiras, são essenciais para prevenir futuros casos de suicídio

Franco, (2023) aponta que na pandemia da covid 19 em 2020, com a proibição de circulação pelo governo federal, o período de quarentena, houve uma redução no número de suicídio de 15,6% comparador ao ano anterior 2019. Mas 29,7% dos profissionais de segurança pública, policiais, bombeiro militar, guarda municipais foram infectados pela covid 19 gerando afastamento licenças mendicadas e mortes. No ano de 2021 quando se encerra a restrição de circulação de pessoas, normalizando a

rotina da população novamente, ouve um aumento preocupante de casos de suicídios de policiais com cerca de 55,4% de casos de suicídios. Um número muito grande de policiais que estavam na ativa, 121 vítimas.

É interessante notar a relação entre a redução no número de suicídio durante a pandemia da COVID-19 em 2020 e as medidas de restrição implementadas como proibição de circulação e o período de quarentena. A redução de 15,5% comparado ao ano anterior, 2019, sugere que o ambiente de menor atividade e estresse pode ter tido um impacto positivo na saúde mental de algumas pessoas.

No entanto, é alarmante ver que quase um terço dos profissionais de segurança pública, incluindo policiais, bombeiros e guardas municipais, foram infectados pela COVID-19. Esses profissionais enfrentaram riscos adicionais devido à natureza de seu trabalho, que muitas vezes os expõe a situações de contato próximo com o público. A infecção pelo vírus não apenas resultou em afastamento, licenças médicas e morte entre esses profissionais, mas também pode ter contribuído para o aumento no estresse e na ansiedade relacionados à incerteza em torno da saúde pessoal e da segurança financeira.

Embora a literatura destaque resultados específicos para a região do estado de São Paulo, é importante reconhecer que esse problema afeta policiais em todo o Brasil e em muitos outros países. As pressões únicas e o estresse associado à profissão policial podem contribuir significativamente para altos índices de suicídio nessa categoria profissional.

É crucial entender que os fatores relacionados ao suicídio policial podem variar de região para região, devido às diferentes realidades sociais, culturais e organizacionais. Além disso, ainda existe uma resistência significativa entre os policiais para discutir questões relacionadas à saúde mental. Isso pode ser atribuído a vários fatores, incluindo estigma, preocupações com a carreira e a cultura organizacional que valoriza a resiliência e a força emocional, muitas vezes às custas do bem-estar mental.

4.4 O Trabalho do Psicólogo no Ambiente Militar

A literatura pesquisada aponta poucas análises direcionadas à questão de saúde mental de policiais militares, por consequência, também poucas discussões analíticas referentes à atuação do psicólogo junto à saúde mental de militares.

Moura (2019) argumenta que no Brasil, essa escassez podem estar ligados a dois motivos: o primeiro alude à influência histórica do regime militar brasileiro que ainda permeia e silênciam os fenômenos que envolvem as práticas desses trabalhadores, e o segundo refere-se aos princípios da hierarquia e disciplina, base da estrutura burocrática da polícia militar enraizada no século XIX, mantendo a lógica de preservação de interesses da corporação, dificultando as mudanças que acompanhavam a dinâmica da vida civil.

Os resultados obtidos durante essa pesquisa, só afirmam a veracidade dos fatos mencionados pelo autor acima, no que se refere a pesquisas voltadas a saúde mental de policiais militares.

Lustosa e Gonsalves (2017) afirma que a atuação do psicólogo relativo ao sofrimento mental na polícia militar é recente. O autor informa que a inclusão dos primeiros psicólogos na polícia militar aconteceu em Minas Gerais no ano de 1987.

Os registros mostram que os psicólogos atuam priorizando os processos de recrutamento e seleção, formação e treinamentos, ou seja a atuação da psicologia no ambiente militar, não é vista como um processo continuado, no qual o policial deveria receber o acompanhamento psicológico do início até o fim de sua carreira militar.

Lustosa e Gonsalves (2017) menciona que por volta dos anos 1994, 1995, 2003 e 2007 houve uma ampliação dos serviços de atendimentos dos psicólogos. Essa ampliação era considerada tímida e com pouca efetividade, devido ao grande crescimento da instituição, e também o aumento no número de policiais.

Para os autores Cecarechi e Scatolin (2016) é essencial que os psicólogos que ingressam na carreira militar sigam as diretrizes do Conselho Federal e Regional de Psicologia, garantindo a qualidade e a ética do atendimento. No entanto, é preocupante que o trabalho de prevenção da saúde física e psíquica não seja amplamente respaldado dentro do ambiente laboral, contribuindo para o adoecimento dos policiais.

Partindo desta perspectiva podemos compreender que para a atuação do psicólogo dentro do ambiente militar ou de qualquer outro ambiente seja eficaz é necessário a contribuições de diversos fatores como principalmente de recursos financeiros proporcionado por órgãos governamentais e a da própria instituição, na promoção de uma cultura organizacional adequada para a promoção da saúde mental, quebrando essa barreira da estigma onde o policial é visto como um indivíduo forte e que não podem demonstrar fraqueza.

Barbosa e Menezes (2017) aponta que existe uma necessidade do psicólogo atuar com o comando militar, sobretudo em relação a preparo psicológico da profissão, porte de armas e situações de combate as quais são principais queixas relatados nas entrevistas, para estes e outros assuntos deveriam ser trabalhados em platões psicológicos, no qual em 24 horas contariam com psicólogos a disposição em turnos divididos, assim tendo sempre a disposição esse importante apoio psicológico, tanto individual e também em grupo

O serviço de psicologia nos quartéis pode promover o autoconhecimento da equipe por meio de palestras sobre o enfrentamento e os limites do corpo (físico e mental). Além disso, debates interdisciplinares sobre a saúde e uma estratégia de promoção dos problemas encontrados, promovendo junto a psiquiatria as informações básicas sobre qualidade de vida no contexto militar e no âmbito da saúde mental (Barbosa; Menezes, 2017)

Barbosa e Menezes (2017) apontam que a psicologia na área do militarismo não entra como parte dele, mas promovendo diálogos e possíveis mudanças. O olhar da psicologia para qualquer ser humano deve estar pautado na ética e na visão holística do homem, partindo pa perspectiva que é um ser biopsicossocial que não depende só da alimentação mas também de apoio psicológico. Não se tem uma visão dual de corpo e mente, mas o encontro de ambos, que são afetados pelo ambiente.

O ponto destacado por Barbosa e Menezes (2017) sobre o papel da psicologia na área do militarismo é significativo. Embora a psicologia possa não ser tradicionalmente considerada parte integrante do contexto militar, ela pode desempenhar um papel importante ao promover diálogos e possíveis mudanças dessa instituições. Entende-se que a atuação do psicólogo na saúde mental do policial militar, pode ser realizada através de diversas abordagens psicológicas, podendo ser aplicadas para promover o bem- estar e lidar com os desafios específicos enfrentados por esses profissionais.

Barbosa e Menezes (2017) afirmam que o psicólogo pode promover um ambiente de maior compreensão interpessoal e enfrentamentos de problemas, reunindo características necessárias para ajudar de formas imediatas (terapia breve focal) e também a longo prazo (psicoterapia individual ou de grupo) oferecendo suporte emocional ajudando membros a lidar com estresse e traumas e outras questões psicológicas.

No entanto, a literatura mostra que o processo terapêutico não é imediato e sim tem um prazo onde é realizado através um certo número de sessões, sendo assim podemos compreender que a fala do autor sobre uma terapia breve focal possa estar relacionada a um processo de acolhimento ou apoio psicológico.

Souza (2017) compreende que a psicologia aplicada no ambiente militar se reparte em duas áreas. A primeira dela se referindo ao esforço de saúde mental de todo o seu pessoal, e a segunda área é a utilização da psicologia para uma melhor performance profissional, utilizando também conceito da psicologia operacional para garantir maior eficiência, para um melhor desenvolvimento das operações

Conforme Souza (2017), através da atuação do psicólogo no acolhimento policial, voltada para a identificação de fragmentos inviabilizados nesse contexto cultural, com objetivo de ajudar o sujeito a uma reconciliação a psicologia se estabeleceu como um desafiante por todas as contradições que já existem, buscando destacar essas contradições dentro de uma perspectiva mais humanista.

A literatura também nos mostra a atuação do psicólogo sobre a perspectiva da Terapia cognitiva comportamental (TCC) conceituada segundo Beck (2022) como é uma forma de psicoterapia desenvolvida pelo psiquiatra Aaron Temkin Beck nas décadas de 1960 e 1970, o qual foi concebida para depressão estruturada de curta duração e voltada para o presente. Desde aquela época, ele e outros autores no mundo inteiro tiveram sucesso na adaptação dessa terapia. Em todas as formas de TCC derivadas do modelo de Beck, o tratamento está baseado em formulação cognitiva onde o modelo cognitivo está relacionado ao pensamento disfuncional o qual influencia o humor e o comportamento do cliente

Costa *et al.*, (2021) afirma que a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) é conhecida por ser um tipo de terapia colaborativa para ação, realizada em parceria entre o paciente e o terapeuta. Ela é ativa, direta e breve, buscando resultados em um período de tempo relativamente curto. Além disso, a TCC é altamente centrada e estruturada, baseando-se na modificação dos pensamentos disfuncionais desenvolvidas pelo indivíduo.

Costa *et al.*, (2021) argumenta que esse tipo de terapia, permite o terapeuta ajudar o paciente a identificar e modificar padrões de pensamentos negativos ou distorcidos que contribuem para seus problemas emocionais ou comportamentais. Isso é feito por meio de técnicas como reestruturação cognitiva, identificação de

crenças irracionais e desenvolvimento de estratégias para lidar com situações desafiadoras.

A terapia cognitiva comportamental (TCC) tem sido cada vez mais reconhecida e utilizada na promoção da saúde mental de profissionais de diversas áreas, porém, é verdade que os policiais militares não tem recebido tanta atenção nesse contexto no Brasil. Isso pode ser atribuído a varias razões, como as características tradicionais da corporação, incluindo hierarquia rígida, disciplina forte e resistência a mudanças, que podem dificultar a implementação de novas abordagens como a TCC (Costa *et al.*, 2021)

Costa *et al.*, (2021) afirma que além disso, as restrições ao acesso de pessoas externas à organização também podem dificultar a realização de pesquisas e intervenções relacionadas à saúde mental dos policiais militares. Essa falta de foco pode representar uma lacuna na atenção à saúde mental desses profissionais, especialmente considerando os desafios e estresses específicos associados ao trabalho policial. Este autor Argumenta que ao investigar as causas, consequências e soluções para os transtornos mentais em policiais militares, é interessante considerar a aplicação das técnicas da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) como uma abordagem eficaz.

Embora os resultados pesquisados na literatura, possam ter destacado poucos artigos sobre a aplicação específica, é importante reconhecer que a TCC oferece uma variedade de ferramenta e técnicas que podem ser adaptadas e utilizadas de formas relevante nesse contexto.

Conforme os resultados de estudos feito por Cacarechi e Scatolin (2016) o aumento do esgotamento laboral, entre os policiais militares apresentam as consequências mais frequentes, os transtornos mentais, uso abusivo de álcool e drogas, lícitas e ilícitas, além de dificuldades de convívio social.

Nesse contexto, a aplicação da psicoeducação o qual é considerada uma técnica também utilizada pela TCC, é de fato uma forma importante de intervenção para promover e prevenir problemas de saúde mental entre os policiais militares.

Entende-se que conscientizar esses profissionais sobre a importância de cuidar da sua saúde mental e promover estratégias para cultivar uma boa saúde psicológica pode contribuir significativamente para a redução dos impactos negativos do estresse e das pressões associadas ao trabalho policial. Essa técnica ajuda os policiais

entenderem melhor suas próprias necessidades de saúde mentais e a adotarem práticas saudáveis para lidar com os desafios do dia a dia.

Na perspectiva dos autores Iglesias e Avellar (2016), assim como a da Organização Mundial de Saúde (OMS), destaca que todos os profissionais de saúde têm um papel importante no cuidado da saúde mental. Isso porque muitas vezes os pacientes encaminhados aos profissionais especializados em saúde mental, não apresenta inicialmente uma demanda específica que justifique atenção especializada.

Neste sentido, conforme mencionado por Iglesias e Avellar (2016) é fundamental que todos os profissionais de saúde estejam capacitados para identificar sinais precoces de problemas de saúde mental e oferecer suporte adequado, seja através de intervenções de direitas ou encaminhamentos para profissionais especializados quando necessário. Essa abordagem ampla e integrada contribui para uma atenção mais abrangente e eficaz à saúde mental da população.

4.5 Proposições de Investimento em Saúde Mental para a Polícia Militar

As análises obtidas na literatura, apontam que o Brasil estar buscando melhorar suas políticas públicas e aumentar a conscientização sobre a importância do cuidado com a saúde mental, apontando a conscientização como um passo crucial para reduzir o estigma em torno das questões de saúde mental e promover a busca por ajuda e tratamento adequados.

No entanto, é importante reconhecer que ainda existem desafios significativos, especialmente relacionados à falta de investimentos e recursos na área da saúde mental. Conforme mencionado por Moreira (2023) a falta de financiamento pode impactar a disponibilidade de serviços, acesso a tratamentos e qualidades do atendimento oferecido. Apesar desses desafios é encorajador observar que grandes avanços tem sido observados.

Moreira (2023) afirma que o reconhecimento da importância da saúde mental, juntamente com esforços para fortalecer políticas e recursos, são passos essenciais na direção certa, continuar investindo na área da saúde mental promovendo iniciativas de conscientização e educação são aspectos-chave para garantir um sistema de saúde mental mais eficaz e acessível para todos os brasileiros.

É fundamental que os psicólogos que trabalham com policiais militares estejam cientes dos desafios específicos dessa população e adotem uma abordagem

holísticas e sensível às necessidades individuais dos profissionais, visando promover uma cultura de cuidado e apoio à saúde mental dentro das instituições policiais.

Tendo em vista que o ambiente de trabalho é um grande causador de estresse e pressão, afetando negativamente a saúde mental dos trabalhadores, é essencial que as empresas e instituições trabalhem para promover práticas para um ambiente de emprego saudável, através de dinâmicas de conscientização de saúde mental, desmistificando e identificando possíveis causas que possam está causando adoecimento (Moreira, 2023)

Souza (2017) afirma que a criação de uma associação de psicologia voltadas para questões militares é uma necessidade no Brasil, o currículo Lattes (www.cnpq.br), revela em buscas de currículos pelo assunto, que muitos são os trabalhos desenvolvidos em psicologia militar, mas são esforços individuais e isolados, em muitos casos apenas um trabalho desenvolvidos na aréa.

Neste sentido podemos compreender que a criação de uma associação dedicada à psicologia militar poderia proporcionar diversos benefícios para o bem estar do policial militar além de promover um avanço do campo da psicologia aplicada a contexto militares no Brasil.

Conforme Souza (2017) esse esforço já vem sendo feito buscando a criação e uma associação que reune o pessoal interessado não só na psicologia dentro do contexto militar mas, também na segurança pública e privada. Ainda não há um congresso de psicologia militar reunindo forças armadas, forças auxiliares e segurança pública e privada no Brasil, apesar de já haver um consenso das partes sobre as dificuldades enfrentadas na aréa.

É importante que a instituição juntamente com outros órgãos governamentais possam repensar a organização da Polícia Militar para incluir apoio psicológico por meio de equipes multidisciplinares dentro do ambiente organizacional sendo como um fato crucial para promover a saúde física e mental dos policiais conforme mencionado por Cecarechi e Scatolin(2016), onde destacam a contribuição do Centro de Atenção Social e Jurídica da Capital e Região metropolitana com o programa PAAPM (Programa de acompanhamento e Apoio ao Policial Militar) é um passo importante na promoção de saúde mental para esses profissionais ao oferecer atendimento psicológico.

Através dos resultados obtidos nesta pesquisa podemos observar que a implementação de programas de prevenção e apoio psicológico contínuo dentro da

estrutura da Polícia Militar, pode ajudar a reduzir os impactos negativos do estresse, do trauma e das pressões associadas ao trabalho policial, promovendo assim um ambiente saudável e resiliente para todos os membros da corporação.

5. CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado observou que em sintonia com o indicado pela OMS, os profissionais entendem que saúde mental corresponde ao estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, para lidar com estresse cotidianos e trabalhar produtivamente, sendo capaz de contribuir para sua comunidade. No entanto, a partir os resultados dessa pesquisas observou-se que existe um grande desafio para os profissionais conseguirem lidar com os estresses cotidianos, ja que sua profissão os colocam em situações bem estressoras.

Os resultados mostram que altos níveis de estresse podem ter um impacto significativo na saúde mental e física dos policiais militares, e a maneira como o ambiente de trabalho é gerenciado pelo comandante pode influenciar diretamente esses níveis de estresse.

Levando em conta as considerações feitas a cerca do conceito de saúde mental em varios aspectos, seja ela relacionada a vida pessoal ou ao ambito organizacional, entendemos que o sofrimento humano pode estar intimamente ligado ao ambiente de trabalho, e isso é especialmente relevante em profissões que envolve altos níveis de estresse e riscos como é o caso dos policiais militares.

O estresse ocupacional pode resultar em uma série de consequência negativa, como a diminuição da eficiência, conflitos interpessoais, desmotivação, abseteísmo, rivalidade, desrespeito e problemas de saúde tanto físicos quanto psicológicos. Sendo assim para uma compreensão melhor das causas desse sofrimento é necessário a implementação de medidas para reorganizar as condições de trabalho o qual são fundamentais para melhorar a qualidade de vida desses profissionais.

Observamos tambem que ainda existem uma escassez de estudos à categoria dos policiais militares, na promoção da saúde mental e bem estar desses profissionais, indicando um possivel cenário de baixo investimento em pesquisa e recursos limitados para abordar adequadamente os desafios enfrentados por eles no ambiente laboral. Essa falta de estudos e investimentos pode impactar negativamente a compreensão e o apoio necessários para melhorar a saúde psicológica dos policiais militares, destacando a importância de maior atenção e investimento ness área.

É crucial a instituição da Policia Militar, reconheça esses desafios e implementem medidas eficazes para promover a saúde mental e o bem-estar dos

policiais. Isso incluir programas de apoio psicológico, treinamentos em habilidades de gerenciamento de estresse, promoção de um ambiente de trabalho saudável e respeitoso, além de estratégias para lidar com conflitos e melhorar a comunicação entre os membros da corporação.

Ao abordar o estresse ocupacional de forma proativa e holística, as organizações militares podem ajudar a mitigar seus impactos negativos na vida pessoal e profissional dos policiais militares, promovendo assim um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo para todos.

Conclui-se que existe escassez de artigos na literatura, que abordem o olhar psicológico para a saúde mental desses policiais militares. Essa falta de pesquisa pode de fato dificultar a formulação e implementação de políticas públicas eficazes destinadas a promover o bem-estar desses profissionais.

Ao destacar essa lacuna na literatura, espera-se que a pesquisa realizada possa servir como um ponto de partida para estimular outros pesquisadores e se engajarem nessa área. Ao divulgar os fatores que contribuem para o adoecimento dos policiais militares e promover uma compreensão mais profunda de suas necessidades de saúde mental, podemos começar a desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes para apoiar esses profissionais.

É fundamental que haja um aumento no interesse e na pesquisa sobre a saúde mental dos policiais militares, bem com as melhores práticas para promover seu bem estar e prevenir problemas de saúde mental. Isso pode incluir pesquisas sobre o impacto das condições de trabalho, o acesso a recursos de saúde mental, a cultura organizacional e os programas de apoio disponíveis para policiais militares. Pois isso pode levar a uma melhor compreensão dos desafios que enfrentam e, por sua vez, a uma melhoria na qualidade do suporte e cuidado oferecido a eles. Essa conscientização e esforços adicionais podem ajudar a promover a saúde e o bem-estar desses profissionais, garantido que eles possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e segura, ao mesmo tempo em que recebem o apoio necessário para enfrentar os desafios únicos de sua profissão

Entende-se que ao se preencher essa “lacuna” de pesquisa voltada a saúde mental desses profissionais, será possível desenvolver abordagens mais eficazes para proteger a saúde mental dos policiais militares, promovendo uma melhor qualidade de vida para esses profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. M. C. de. Política de saúde mental no Brasil: O que está em jogo nas mudanças em curso. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 35, n. 11. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2019.v35n11/e00129519/>. Acesso em: 25 out. 2023.

ALVES, T. C.; OLIVEIRA, W. F. de.; VASCONCELOS, E. M. A visão de usuários, familiares e profissionais acerca do empoderamento em saúde mental. **Physis [Internet]**, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/bsGcgtHpkGwRRT58tJBZKqJ/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 25 out. 2023.

ARAÚJO, T. M. de; TORRENTÉ, M. de O. N. de. Saúde Mental no Brasil: desafios para a construção de políticas de atenção e de monitoramento de seus determinantes. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, p. e2023098, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000200028>. Acesso em: 02 mai. 2024.

BACK, C. M. Acompanhamento Psicológico para Agentes de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 208-225, 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1147>. Acesso em: 25 out. 2023.

BARBOSA, L. M.; C. N. B. A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. **Psicologia Argumento**, [s.l.], v. 35, n. 89. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/25564>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 14, p. 162-173, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/DHMRHs7m6cVjgrpqYzN8NYh/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BÔAS, Regina Vera Villas; SOARES, Gabrielle Valeri. O ACESSO À SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL: SUGESTÕES LEGISLATIVAS PERTINENTES. **Revista Pesquisando Direito**, v. 1, n. 2, p. 155-174, 2024. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/revteste/article/view/6588>. Acesso em: 25 out. 2023

BUCHLI, G; LOURENÇO, . L. O.; SANTOS, . C. O. .; PARREIRA, . A. Psicofobia: percepção da saúde mental em estudantes de medicina. **Revista Saúde Multidisciplinar**, v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.famp.edu.br/revistassaudemultidisciplinar/article/view/81>. Acesso em: 25 out. 2023.

CABRAL, J. B.; RAMOS, A. P. DE S.; MARTINS, T. M.; PEREIRA FILHO, A. DE M.; MEDEIROS, H. C. G. L. DE; NASCIMENTO, D. DA S.; AMORIM, G. S.; ANDRADE, R. . B. DE; LEITE, C. A.; LIMA, B. B. C. DE; SIQUEIRA FILHO, E. A. DE; SANTOS, T. T. DE L. DOS; CALAZANS, F. A.; VENANCIO, D. B. R. Transtorno de estresse pós-

traumático em Policial Militar. **Saúde e Desenvolvimento Humanos**, v. 7, n. 2, p. 07-18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/sdh.v7i2.3674>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CAMPOS, Rosana Teresa Onocko. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00156119, 2019 Disponível em: https://www.scielo.org/article/csp/2019.v35n11/e00156119/pt/?utm_source=research Acesso em 20 abr. 2024

CECARECHI, G.; SCATOLIN, H. G. **A linha tênue entre combater a violência e o sofrimento psíquico: O ambiente laboral da Polícia Militar e a saúde mental.** 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n08/a17v38n08p30.pdf> Acesso em: 17 abr. 2024

COSTA PINHEIRO, N. **A (des)construção de uma clínica: o autorizar-se de uma enfermeira na saúde mental e coletiva.** 2016. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/ensino-ensao/sites/default/files/2023-01/natalia_tcc_-_2016.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

COSTA, S. L.; REGO, D. P. Contribuições da Terapia Cognitivo Comportamental na promoção da saúde dos Policiais Militares. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, ISSN 2595-2153, v. 4, n. 8, p. 113-122, 2021. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/92>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DE OLIVEIRA, N. M. S. **Adoecimento Psíquico de policiais militares: uma análise sobre a importância da psicologia dentro da corporação.** 2022. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br>. Acesso em: 08 mai. 2024.

DA SILVA et al. O Efeito Migratório do policial militar para a Polícia Civil do estado do Mato Grosso. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública** 18.1 (2018). Disponível em: <https://scielo.com.br>. Acesso em: 22 mai. 2024

DA CUNHA P.A.B da cunha; DICK. R. M ; PIRES, C. G; PINTO J. N. Transtorno de estresse pós-traumático em Polícia Militar **Saúde e desenvolvimento Humano** , v.7, n. 2, p. 07-18, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br> . Acesso em 20 mai.2024

DE MOURA, S. V. Os impactos do trabalho sobre a saúde mental do Policial Militar. **Psicologia e Saúde e Segurança pública** 4.8 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 19 mai. 2024

DUARTE, S. L. Análise de Política de Saúde Mental no Brasil. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/9974>. Acesso em: 02 mai. 2024.

FOUCAULT, M. Doença Mental e Psicologia. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1975. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/michel-foucault/doenca-mental-e-psicologia/623593844>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FOUCAULT, M. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/foucaultianos/pages/arquivos/Obras/HISTORIA%20DA%20LOUCURA.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FRANÇA, F. G.; DE FARIAS GOMES, J. L. "Se não aguentar, corra!": um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, p. 142-159, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=688876722007>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FRANCO, A. L. A. H. Saúde mental dos policiais como forma de obter um desenvolvimento sustentável. **Unisanta Law and Social Science**, v. 12, n. 1, p. 382-392, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/lss/article/download/3573/2393>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FREITAS, Yan Carlos Vieira et al. **O uso excessivo de redes sociais por parte de adolescentes de jovens**. Coletânea de pesquisa na formação da Psicologia no Cariri Cearense., p. 74, 2023 Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Tayronne-Rodrigues/publication/371005823_COLETANEA_DE_PESQUISA_NA_FORMACAO_DA_PSICOLOGIA_NO_CARIRI_CEARENSE/links/646e447437d6625c002e32b3/COLETANEA-DE-PESQUISA-NA-FORMACAO-DA-PSICOLOGIA-NO-CARIRI-CEARENSE.pdf#page=74 Acesso em 17 mar. 2024

GAINO, L. V.; SOUZA, J. de; CIRINEU, C. T.; TULIMOSKY, T. D. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas** (Edição em Português), v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-69762018000200007&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 16 mar. 2024.

GAMA, C. A. P. da; CAMPOS, R. T. O.; FERRER, A. L. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, p. 69-84, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/Lz5jfWb83DWP57prFwC4XXL/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2024.

IGLESIAS, A.; AVELLAR, L. Z. As contribuições dos psicólogos para o matriciamento em saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 2, p. 364-379, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

KUTCHER, S.; WEI, Y.; ESTANISLAU, G. M. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acesso em: 02 mai. 2024.

LOPES, B. S. *et al.* **O ambiente e a saúde integral do colaborador**. 2021. Disponível em: <https://www.previva.com.br/novosite/saudeintegraldotrabalhador/#:~:text=Uma%20pesquisa%20sobre%20a%20sa%C3%BAde,depress%C3%A3o%20e%20abuso%20de%20C3%A1lcool>. Acesso em: 02 mai. 2024.

LUSTOSA, D. B. S.; GONSALVES, H. J. Psicologia na polícia militar: desafios do âmbito da cultura organizacional. **Psicologia: Saúde Mental e Segurança**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MAGALDI, F. **Mania de liberdade: Nise da Silveira e a humanização da saúde mental no Brasil**. Scielo-Editora FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/mania-de-liberdade-nise-da-silveira-e-humanizacao-da-saude-mental-no-brasil>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MATOS, T. N. F. de., Ferreira, D. da S., & Jorge, M. S. B. (2022). **A construção da concepção de saúde mental**. *Concilium*, 22(7), 234–241. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CLM-633-702> Acesso em: 23 out. 2024

MOREIRA, T. **A batalha entre a saúde mental e a autoestima- a forma como esta influência a nossa vida**. n. 3 2023. Disponível em: <https://scielo.com.br>. Acesso em: 01 mai. 2024

MEDINA, J. **Constituição Federal Comentada. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais**, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/constituicao-federal-comentada/150359570>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OLIVEIRA, G. S. **Saúde mental no ambiente militar de Alagoas**. 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/11179>. Acesso em: 17 abr. 2024.

PEDROSO, J. S.; SILVA, K. S.; SANTOS, L. P. **Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva**. JICEX, v. 9, n. 9, 2017. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/jicex/article/view/2604>. Acesso em: 20 set. 2023.

PELEGRINI, A.; CARDOSO, T. E.; CLAUMANN, G. S.; PINTO, A. de A.; FELDEN, E. P. G. Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 423-430, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1160>. Acesso em: 20 set. 2023.

PEREIRA, G. K.; MADRUGA, A. B.; KAWAHALA, E.. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 500–509, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/8DR9jr4bsQjtq5j7Rp3GX6S/#>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SANTOS, F. C. C.; SILVEIRA, C. T. Diagnóstico organizacional: análise dos ambientes interno e externo para a gestão operacional na Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 47114-47135, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/49543>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SAMPAIO, CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO; DE OLIVEIRA, NATÁLIA MARIA SANTOS. **ADOCIMENTO PSÍQUICO DE POLICIAIS MILITARES**: uma análise sobre a importância da psicologia dentro da corporação. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1548.pdf> Acesso em : 20 abr. 2024.

SILVA, A. V. da; SOUZA, C. M. F. Dos S.; SILVA, R. P. da; ABECASSIS, R. Prevenção e manejo do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Científica de Escola Superior da Polícia Militar**, [S. l.], n. 3, p. 192-227, 2022. Disponível em: <https://revistacientifica.pmrj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/45>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SILVA, M. A.; BUENO, H. P. V. **O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SILVA, S. R. da. **O policial militar e as implicações do sofrimento psíquico no exercício da profissão: um exercício de análise**. 2020. 55f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://repositorio.fametro.com.br/jspui/handle/123456789/452>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SOUSA, R. C. DE .; BARROSO, S. M.; RIBEIRO, A. C. S.. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 2, p. e201008pt, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022201008pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SOUZA, C. A.; ALBURQUERQUE, M. L. Segurança Pública: histórico, realidade e desafios. 1ª ed. Curitiba: **InterSaberes**, 2017. Disponível em: <https://livrariaintersaberes.com.br/produto/seguranca-publica-historico-realidade-e-desafios/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SOUZA, M. A. **Psicologia Militar: Panorama Atual**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TROCHIN, M. T.; GOISSIS, T. V. **O impacto da síndrome de Burnout nas relações interpessoais e empresariais**. 2023. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/15534>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Página de assinaturas

Rayane Gois
050.122.253-76
Signatário

Raylan Freire
037.116.622-50
Signatário

Bruno Ibanes
064.484.411-66
Signatário

Mauricelia Morais
745.468.053-49
Signatário

Claudio Cruz
150.061.902-72
Signatário

Daniela S. Américo

Coordenadora do Curso de Psicologia
FADESA

Daniela Américo
005.484.062-78
Signatário

HISTÓRICO

- 21 jun 2024** 11:04:25 **Rayane Goes De Sousa Gois** criou este documento. (Email: rayane-pbs@outlook.com, CPF: 050.122.253-76)
- 21 jun 2024** 11:04:26 **Rayane Goes De Sousa Gois** (Email: rayane-pbs@outlook.com, CPF: 050.122.253-76) visualizou este documento por meio do IP 177.87.166.195 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 21 jun 2024** 11:04:35 **Rayane Goes De Sousa Gois** (Email: rayane-pbs@outlook.com, CPF: 050.122.253-76) assinou este documento por meio do IP 177.87.166.195 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 21 jun 2024** 11:12:31 **Bruno Marques Ibanes** (Email: brunoibanes@hotmail.com.br, CPF: 064.484.411-66) visualizou este documento por meio do IP 191.246.242.98 localizado em Belém - Pará - Brazil



- 21 jun 2024**
11:12:45  **Bruno Marques Ibanes** (Email: brunoibanes@hotmail.com.br, CPF: 064.484.411-66) assinou este documento por meio do IP 191.246.242.98 localizado em Belém - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**
11:16:59  **Mauricelia da Silva Moraes** (Email: [msmauricelia1@gmail.com](mailto:mismauricelia1@gmail.com), CPF: 745.468.053-49) visualizou este documento por meio do IP 200.9.67.9 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**
11:17:06  **Mauricelia da Silva Moraes** (Email: [msmauricelia1@gmail.com](mailto:mismauricelia1@gmail.com), CPF: 745.468.053-49) assinou este documento por meio do IP 200.9.67.9 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**
11:33:17  **Claudio Roberto Rodrigues Cruz** (Email: rodrig.cruz@hotmail.com, CPF: 150.061.902-72) visualizou este documento por meio do IP 191.246.233.87 localizado em Belém - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**
11:33:27  **Claudio Roberto Rodrigues Cruz** (Email: rodrig.cruz@hotmail.com, CPF: 150.061.902-72) assinou este documento por meio do IP 191.246.233.87 localizado em Belém - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**
11:07:35  **Raylan Junior Bandeira Freire** (Email: junior006bandeira98@gmail.com, CPF: 037.116.622-50) visualizou este documento por meio do IP 177.87.166.249 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**
11:08:18  **Raylan Junior Bandeira Freire** (Email: junior006bandeira98@gmail.com, CPF: 037.116.622-50) assinou este documento por meio do IP 177.87.166.249 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**
11:45:31  **Daniela S Américo** (Email: psicologia@fadesa.edu.br, CPF: 005.484.062-78) visualizou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 21 jun 2024**
11:45:38  **Daniela S Américo** (Email: psicologia@fadesa.edu.br, CPF: 005.484.062-78) assinou este documento por meio do IP 170.239.200.130 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil

